

# Collor já tem estratégia para negociar dívida

- 9 DEZ 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

**Carlos Eduardo Freitas, ex-diretor do BC, é principal assessor nessa área**

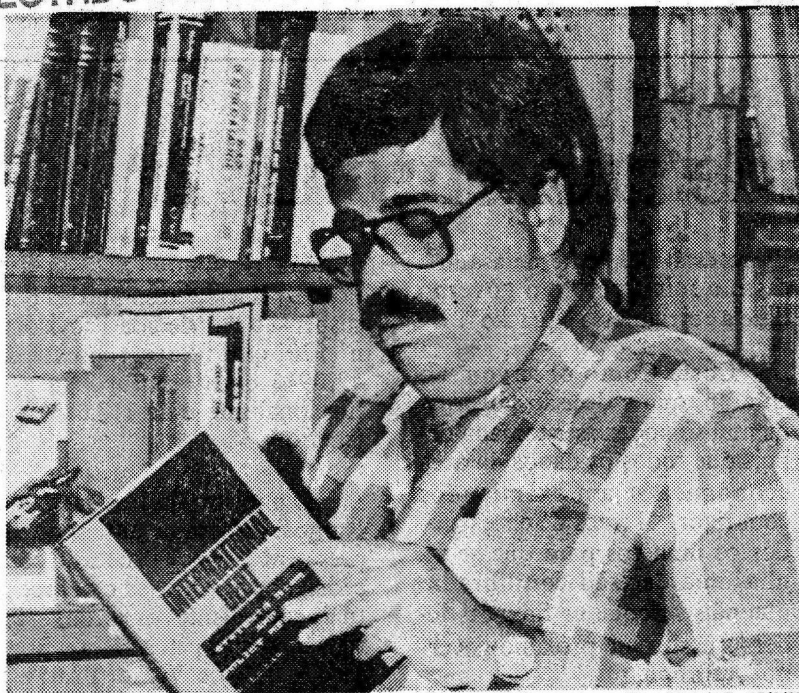
JOÃO BORGES

**BRASÍLIA** — Abandonar o confronto aberto e partir para uma guerra de guerrilha é, em síntese, a filosofia de negociação da dívida externa de um eventual governo Fernando Collor de Mello, de acordo com a proposta já debatida exaustivamente entre a coordenadora do programa econômico, Zélia Cardoso de Mello, seus principais assessores e o próprio candidato.

"O Collor topou a idéia imediatamente", disse Zélia ao economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor da área externa do Banco Central e, talvez, a peça mais importante na montagem da estratégia de tratamento da dívida externa, que já está com o candidato do PRN. Essa conversa, realizada em abril, quando Collor ainda não estava no topo das pesquisas de intenção de voto, foi o ponto de partida para um detalhado estudo que esta semana chegou às mãos do candidato. Do trabalho participou ativamente o economista Felipe Ohana, do IPEA.

## SEM CAIXA

Não se sabe se as propostas vão ser adotadas integralmente, mas terão peso importante na definição da política econômica de um governo Collor. O programa elaborado pela equipe de economistas prevê o pagamento anual de, no máximo, US\$ 2 bilhões de juros, ou seja, uma economia de US\$ 8 bilhões em relação ao que é enviado hoje. Haverá uma completa inversão da filosofia de abordagem da questão externa. Em vez de medir o limite de pagamento do País pela sua capacidade de criar receitas com superávits comerciais — como tem sido a base de negociação até agora —, a estratégia do eventual governo Collor estabelece que o pagamento do serviço da dívida se condicionará à capacidade de criação de receita interna dos credores finais, seja ele uma esta-



César Diniz/AE - 15/8/87

*Carlos Freitas: Brasil está sem cruzados para pagar a dívida*

tal, um governo estadual, municipal ou a própria União. Enfim, o governo não vai mais emitir um cruzado sequer para pagamento da dívida externa.

O Brasil não tem cruzados para pagar sua dívida externa. E não estará, segundo a estratégia da equipe de Collor, disposto a criar esses cruzados na Casa da Moeda. Só pagará aquilo que obtiver de superávit em suas receitas. Quanto aos demais devedores estatais, governos estaduais e municipais, cada um terá de negociar diretamente com seus credores externos.

Freitas diz não ter compromisso nenhum com a candidatura Collor. Trabalhou na proposta por solicitação da economista Zélia Cardoso de Mello. Colocou no papel as idéias que vinha desenvolvendo no Banco Central desde 1985, quando passou a ocupar a diretoria da área externa, incumbida de negociar a dívida.

A descentralização da negociação da dívida externa é uma forma indireta de impor uma ampla suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa, que não estão sendo pagos pelo governo desde julho. Uma suspensão que, segundo Freitas, vai causar "um verdadeiro choque" no relaciona-

mento com a comunidade financeira internacional.

A idéia de que o que falta ao País são cruzados e não dólares para o pagamento da dívida parte da constatação de que o Brasil já deu mostras suficientes de que pode gerar expressivos saldos da balança comercial para quitar seus débitos. Mas a centralização da negociação e a responsabilidade da União por cerca de 80% da dívida — daí a idéia de suspensão dos avais da União — faz com que a dívida externa se converta em dívida interna, porque o Tesouro não tem dinheiro em caixa para converter os dólares das exportações em cruzados a serem transferidos aos exportadores.

"Explodir a massa de dívida" abrangida pelo acordo assinado no ano passado pelo ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, é uma das expressões-chave do documento enviado a Collor. Essa explosão seria detonada com uma simples declaração do governo de que, a partir dali, a negociação será discutida caso a caso. O Banco Central terá o papel de coordenador do processo de negociação, para ajustar os objetivos de condicionar o pagamento dos débitos externos à disponibilidade interna de recursos.